

DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

Ana Célia Rodrigues¹ 

Arquivos são instrumentos de uso cotidiano. Arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc. sejam conhecidas, cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas. Documentos de arquivo são provas. E é a Diplomática, os métodos da Diplomática são justamente os que vão assegurar ao documento o reconhecimento dessa verdade. (Heloísa Liberalli Bellotto, 2011)

¹ Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2013-2014), com bolsa CAPES. Doutorado (2008) e Mestrado (2003) em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduação em História pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações (1988). Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1992) e pela Escuela Nacional de Archiveros do Peru, OEA (1993).



1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a Diplomática como referencial metodológico para identificação da tipologia documental, apresentando as bases da Tipologia Documental como área de estudos própria da Arquivística. Aborda a relação estabelecida entre as áreas e as origens do método, que encontra suas raízes na metodologia da Diplomática, e os conceitos que o fundamenta.

Nos anos 80 do século passado, a partir dos modernos estudos arquivísticos que a Diplomática ressurgiu, com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos ao estudo dos documentos de arquivo. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, deu origem a um novo campo de estudos, a Tipologia Documental. A renovação desta disciplina e sua aplicação no âmbito dos arquivos estão representadas pelas teorias propostas na Itália por Paola Carucci e Luciana Duranti, que desenvolve estudos no Canadá; na Espanha, por Luis Núñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e no Brasil, por Heloísa Liberalli Bellotto. Os estudos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982, com novas abordagens em 1990 são considerados base do referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país.

Heloísa Bellotto traz para os estudos diplomáticos, a diferença entre espécie documental e tipo documental, o que não tinha sido abordado antes por outros autores, inovando e sedimentando fundamentos teóricos e metodológicos para a construção de uma tradição arquivística brasileira.

DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL NO CONTEXTO DA ARQUIVÍSTICA

A Diplomática nasceu no século XVII como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos documentos emitidos por autoridades soberanas em séculos



anteriores. Mabillon é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos da disciplina.

Na passagem do século XIX ao século XX, a Diplomática é tratada exclusivamente como “ciência auxiliar da História”. Os historiadores adotaram a Diplomática como uma ferramenta de crítica documentária para avaliar a autoridade de documentos medievais como fontes históricas. Ocorre seu desenvolvimento como disciplina, favorecido pela introdução dos estudos diplomáticos na academia, no campo dos estudos históricos, transformando-a em uma ciência estritamente medieval.

No final do século XX, os arquivistas “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos documentos modernos e especificamente dos documentos eletrônicos”. (DURANTI, 1995, p.06 e 36)

Mas é próximo aos anos 80 do século passado, que começa a se formar uma nova geração de estudiosos de Diplomática, que aplicando os princípios teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica vêm exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em Arquivística.

No campo da ciência Arquivística, a Diplomática tem sido adaptada como uma ferramenta metodológica para compreender o complexo processo de produção e tratamento dos documentos da burocracia contemporânea.

Em 1989, na II Conferencia Europeia de Arquivos promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos, os delegados da conferencia recomendaram “que o desenvolvimento da disciplina da diplomática moderna seja promovido através de pesquisa na tipologia de documentos contemporâneos e nos processos de criação de documentos nas instituições contemporâneas”. (MACNEIL, 2000, p.87)



Na Europa, a resposta a este chamado dos arquivistas para a construção de uma diplomática moderna, adaptável aos documentos do século XX, vem principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci (1997; 2004). Esta arquivista italiana deu uma contribuição substancial, redefinindo o documento de um modo muito amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera, antes de sua forma documental. Alarga desta forma o âmbito da Diplomática, integrando-a com a Arquivística, incluindo uma relação de considerações sobre o documento como produto do procedimento administrativo (DURANTI, 2003).

Os estudos realizados por Luciana Duranti, através do grupo de pesquisadores da Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver, Canadá, associado ao projeto InterPARES que teve início em 1999, tiveram como objetivo produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas para a criação e preservação de documentos digitais, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.

Nestes anos 80 a Espanha também se destaca no movimento de renovação teórica da Diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e de Diplomática aplicados aos documentos administrativos, preocupados em definir o que entendemos por documento de arquivo e identificar as partes que o integram, elencando seus caracteres internos e externos para seu tratamento técnico arquivístico.

Para Manuel Romero Tallafigo (1994, p.16 e 20), a Diplomática é a “ciência que estuda e critica o documento escrito do ponto de vista das formas internas e externas. Formas que são planejadas para fazê-lo compreensível e ainda fidedigno e autêntico para a sociedade a qual se destina”.

Antonia Heredia Herrera (1991) analisando a relação da Diplomática com a Arquivística define a Diplomática como “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas cláusulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturárias a fim de analisar sua autenticidade”. O objeto da Arquivística é “muito mais amplo em extensão e em limites cronológicos, não se limita ao documento jurídico, mas alcança e ultrapassa os nossos dias”. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 61-62)

Antonia Heredia chega mesmo a aventar uma certa supremacia da tipologia documental sobre a diplomática, quando o enfoque é a doutrina arquivística. A autora diz ainda que a tipologia, por suas características



intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o 'discurso' de cada um. (BELLOTTO, 2004, p.53)

Feita esta distinção, a autora ressalta que a relação Arquivística-Diplomática assim posta, nos levará a uma normalização documental necessária nos programas de gestão de documentos, sobretudo quando "o uso da nova tecnologia informática obriga a um conhecimento profundo dos formulários, das cláusulas e dos dados informativos essenciais de cada série documental que delimitados claramente traz a determinação de cada tipologia". (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 61)

Antonia Heredia Herrera (2006) reconhece a independência dos campos de estudo das duas áreas, da Tipologia documental e da Diplomática, mas destaca a estreita relação estabelecida entre elas que pode ser verificada na influência da formulação da metodologia da tipologia documental a partir dos parâmetros metodológicos da Diplomática.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada *análise documental*. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da *identificação* (...). (HEREDIA HERRERA, 2006, grifo nosso).

Para Vicenta Cortés Alonso, a disciplina "que explica a gênese documental e analisa os caracteres internos e externos é a diplomática e a que se encarrega de estudar os documentos desde o ponto de vista de sua função administrativa, sua conservação, descrição e serviço é a arquivística" (CORTÉS ALONSO, 1986, p. 01). A autora espanhola distingue a análise diplomática deste "estudo arquivístico", o qual considera um "trabalho de pesquisa arquivística", cujo objeto é a "documentação contemporânea" e o objetivo é "fixar a tipologia documental produzida e solicitada, para, sem erro, formar as séries documentais dos arquivos (...)." (CORTÉS ALONSO, 1986, p.419, 429 e 420).

A partir dos trabalhos publicados por estes autores, nos anos que se seguiram até a década dos 90, a Arquivística espanhola registra uma extensa produção bibliográfica abordando o tema da metodologia diplomática aplicada aos estudos de documentos produzidos e acumulados nos arquivos do país.



As relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistam um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis, denominada estudos de tipologia documental.

O termo tipologia documental passa a ser usado para designar o conjunto dos documentos de arquivo, aparecendo na Espanha nos trabalhos de Vicenta Cortés Alonso, do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, Antonia Heredia Herrera e Maria Luiza Conde Villaverde, sendo também utilizado por Aurélio Tanodi e Manuel Vázquez, na Argentina e no Brasil, por Heloísa Liberalli Bellotto.

Os modelos de análise diplomática e análise tipológica, amplamente divulgados por Bellotto (2000), são diferentes entre si, uma vez que para a diplomática o grande interesse está no teor documental e para a tipologia está nas inter-relações no interior do conjunto documental.

Então, o objeto da tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função. Por isso mesmo, a tipologia pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda, de diplomática contemporânea, se se atentar o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados (...) (BELLOTTO, 2002, p.20)

Para a autora, o objeto da diplomática em sua perspectiva clássica, é a espécie documental e em sua perspectiva contemporânea, o tipo documental, cujos métodos de análise diplomática e tipológica permitem o reconhecimento da sua gênese para se chegar por comparação ao agrupamento das séries documentais.

Em definitivo, o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar a sua autenticidade e fidedignidade, enquanto o objeto da tipologia o estudo como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. (BELLOTTO, 2004, p.52)

A concepção de Diplomática e Tipologia Documental, apresentada por Heloísa Bellotto vem sendo utilizada por uma corrente de estudiosos no Brasil.

Diplomática que, tomada em seu conceito clássico, era a disciplina que tão somente se ocupava da estrutura formal dos atos escritos de origem



jurídica, governamental e/ou notarial. (...) Na atualidade, porém, essa Diplomática ampliou-se. É agora a chamada “Diplomática contemporânea”, “Diplomática arquivística” para alguns, cuja metodologia é bastante concentrada no estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso (BELLOTTO, 2014, p. 426)

Para a Arquivística brasileira, a Diplomática e a Tipologia Documental são campos de estudos distintos, com métodos próprios de análise diplomática e análise tipológica, porém complementares para o estudo da gênese dos documentos e seu agrupamento em série documental a partir de parâmetros normalizados.

GÊNESE DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem.

Esta capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento tem com o órgão que o produz, o vínculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade. O vínculo arquivístico, refere-se “a rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto” (DURANTI, 1997).

Heloísa Bellotto (2015) reflete sobre esta especial relação que o documento mantém com seu produtor, o vínculo arquivístico, ressaltando que é uma

ligação inalienável, impossível de ser desfeita com seu produtor, ligação com sua razão de ser, ligação que dá força a seu conteúdo com força de fazer e desfazer (mesmo se ele for relativo a fatos mínimos) essa condição que o documento de arquivo tem de “conversar” (no sentido figurado) com os demais documentos do seu conjunto. E tudo isso que eu denomino a “grande magia do vínculo arquivístico”, é muito bem explicado em seus porquês pela Diplomática (BELLOTTO, 2015)

Para a arquivística, o estatuto probatório do documento de arquivo reside na relação estabelecida com o seu produtor, depende desta “natureza contextual”, como afirma Ana Maria Camargo (2003, p. 12).



Esta estreita relação que mantém com o contexto onde foi produzido, se traduz nos elementos externos e internos que o caracterizam. “Será preciso identificar estes elementos que revelarão o perfil do documento, ou melhor, o perfil dos conjuntos documentais. *Estrutura e substância, não são assuntos (...)*”, enfatiza Heloísa Bellotto (1988, p. 68, grifo nosso).

Portanto, é na análise dessas características peculiares que possuem o documento de arquivo, na sua natureza intrínseca de prova documental, que reside à razão de sua produção e a justificativa de sua utilização. Este conjunto de informações encontradas no documento de arquivo, que refletem o contexto onde foram produzidos, é o somatório dos elementos componentes da estrutura física e do conteúdo (substância) e permite a definição das séries documentais, o objeto da Arquivística.

A série, “unidade intermediária entre a peça documental e o seu conjunto orgânico maior”, é considerada como a “sequência de documentos da mesma tipologia e/ou da mesma função”. Revela significativos elementos substantivos que sustentam o conceito de documento de arquivo, pois na identificação de tais elementos se ressaltam “as funções, atividade e operações levadas a cabo por uma instituição para cumprir a competência com a qual foi criada e que justifica sua existência” (BELLOTTO, 1988, p. 69-70).

O tipo documental, denominação dada ao documento de arquivo, estudado pela Diplomática e pela Arquivística, sintetiza esta perspectiva.

IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE, TIPO E SÉRIE DOCUMENTAL

A identificação do tipo documental, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, é a base para a definição das séries documentais e, portanto, do desenvolvimento das funções arquivísticas aplicadas à gestão de documentos e ao tratamento de documentos acumulados em arquivos.

Tipo é um termo que significa “modelo, referência”. No campo da Arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo de documento de arquivo, criado como



resultado do exercício de uma atividade, o tipo documental.

Na Espanha, um país de arquivística notadamente influenciada pela Diplomática, o termo tipo documental vem sendo usado na área da Arquivística para designar o documento de arquivo, embora seu uso seja típico da Diplomática, como bem salientou Antonia Heredia (2006). Decorrente do uso generalizado desta terminologia no meio arquivístico surge os estudos de identificação de documentos de arquivo a partir do método de análise da tipologia documental, denominados estudos de tipologia documental, desenvolvidos no âmbito da identificação arquivística.

Tradicionalmente a Diplomática tem estudado o documento individual, produto do fato jurídico. A sua utilidade se limitou inicialmente a resolver uma disputa legal, sendo estendida para dar suporte à pesquisa histórica.

Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, se a disciplina for tomada em sua perspectiva clássica, “são os de natureza jurídica que refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas”. (BELLOTTO, 2001).

No sentido moderno da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística.

O documento de arquivo, considerado em seu conjunto, é o tipo documental, objeto da Tipologia Documental, identificado a partir das relações que apresenta com o contexto de produção. As competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da Diplomática, em sua perspectiva contemporânea, para identificar o documento de arquivo.

A Tipologia Documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, sua identificação será determinada pela análise dos caracteres externos e



internos dos documentos.

Para efeitos de identificação da tipologia documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da Diplomática clássica, porque através dele se chega à espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da Tipologia Documental. (RODRIGUES, 2018)

A gênese do documento de arquivo é determinada pela função que determina sua produção, “a função para a qual está se criando o documento é que vai ditar qual espécie documental deve ser a escolhida. E é esta mesma espécie que vai impor o “modelo” da redação”, explica Heloísa Bellotto (2015, p. 281).

A espécie documental, quando “carregada” de uma atividade, é um tipo. Na realidade, a espécie é como uma fórmula vazia que se torna tipo quando, no momento da gênese do documento, juntamos a atividade, o encarregamos de algo e damos-lhe vida. A atividade seria como a razão funcional, seria a espécie “em funcionamento”. Seria um pouco como passar da teoria à prática. (BELLOTTO, 2018, p. 449)

Para a arquivística brasileira, a espécie documental é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e o tipo “é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.19 e 27). Pode-se afirmar, que “a espécie pode ser tomada isoladamente como expressão Diplomática, se tomada coletivamente, em sua expressão funcional, ela será um tipo”, objeto dos estudos de tipologia documental. A autora define este campo da arquivística como “estudos tipológicos”, cuja finalidade é analisar a “fórmula” (diplomática) somada à atividade que a gerou (tipologia). (BELLOTTO, 2002, p.93)

Portanto, a denominação da série documental obedece à fórmula para a denominação do tipo documental: espécie + atividade (verbo + objeto da ação). São exemplos de espécies, o requerimento, portaria, decreto, entre outros. A espécie acrescida da atividade dá origem aos tipos, como requerimento de licença para construção, requerimento de licença de saúde, requerimento de matrícula escolar,



diferentes entre si e que dão origem a séries documentais distintas, embora possam ser provenientes do mesmo contexto de produção. A série documental será definida pela identificação e comparação dos tipos documentais, resultado da mesma atividade, e será parâmetro para os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento da criação/produção documental, convencional ou digital. (RODRIGUES, 2008).

Esta perspectiva vem influenciando a construção de uma tradição arquivística brasileira na área, postura da qual compartilhamos, evidente em nossas pesquisas⁷ que referenciam a tipologia documental como base da gestão de documentos e do tratamento técnico de documentos acumulados em arquivos, no contexto da identificação arquivística.

Estudos desenvolvidos por Rodrigues (2003, 2008, 2013, 2018) sobre a identificação no campo da Arquivística, permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência para o desenvolvimento das práticas arquivísticas.

A identificação é uma metodologia de pesquisa para a Arquivística, tarefa de natureza intelectual, que precede e fundamenta as demais funções que integram a metodologia arquivística, ou seja, a classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da produção documental, notadamente na criação dos documentos (convencionais ou digitais), que tem dois objetos de estudos: 1. Órgão produtor, analisando o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades). A base teórica da produção deste conhecimento vem do Direito e da Administração. 2. Tipologia documental, estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos, que se referem à estrutura física, a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) e internos, o “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (BELLOTTO, 2004), para denominar o tipo e definir a série documental. A base teórica que sustenta esta pesquisa vem da Diplomática e Tipologia Documental e da Arquivística.

A correta delimitação da tipologia documental, considerada em relação ao seu contexto de produção, é fundamental para definir sua classificação, valor para



preservação ou eliminação, requisitos para sua criação/produção em suportes convencionais e eletrônicos e descrição, para recuperação de documentos e informações que integram as series documentais.

A ideia inovadora da espécie documental como anterior ao tipo, divulgada nos estudos de Heloísa Bellotto, foi concebida, estudada e adotada pelos membros da Comissão Técnica juntamente com a equipe que atuava nos arquivos e serviços de protocolo do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo e ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, no final do século XX²,

Sem encontrar precedentes na literatura especializada da área tanto no Brasil como no exterior, buscamos sistematizar em listas e glossários o que foi surgindo em termos de funções administrativas compatíveis com os tipos que as comissões setoriais foram identificando. Aos poucos, aplicada aos dois sistemas, a adoção da espécie mostrou que ela poderia ser eficaz. (BELLOTTO, 2019, p. 452)

Esta diferença se aplica metodologicamente de maneira pioneira na preparação de instrumentos de gestão de documentos do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP)³, do Sistema de Arquivos do Governo do Estado de São Paulo (SAESP)⁴, determinando o início de uma tradição para a arquivística do Brasil. Notadamente destaca-se a aplicação no Arquivo Público Municipal de Campo Belo, MG⁵, no Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Santos (PGD-Santos)⁶ e como metodologia básica do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado de Rio de Janeiro (PGD-RJ)⁷, fundamentando também o Programa de Gestão de

² Formada pelos professores que atuaram no Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1986-2010), Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberali Bellotto, Rosemarie Inojosa e Johanna Wilhelmina Smit (BELLOTTO, 2019, p. 452)

³ Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2021/04/Instrumentos-de-Gestao.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁴ Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/guest/sistema/plano_tabela. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁵ Rodrigues, 2003.

⁶ Rodrigues; Garcia, 2012^a.

⁷ Disponível em: <https://www.aperj.rj.gov.br/pgd.php>. Acesso em: 03 jul. 2023. Proposta metodológica desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa, Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro. Financiamento: Programa Jovem Pesquisador UFF 2009. Parceria institucional: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense. Coordenação: Ana Célia Rodrigues. (RODRIGUES, 2012b; 2013).



Documentos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PGD-Carioca)⁸ e de Niterói (PGD-Niterói)⁹, entre outros modelos do país, com êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diplomática é uma disciplina investigativa que fornece à Arquivística os parâmetros teóricos e metodológicos necessários para identificar a gênese dos documentos de arquivo, na busca de soluções para superar os desafios impostos para seu reconhecimento, gestão, organização e acesso.

Como afirmou Heloísa Bellotto (2011), “o conhecimento e a prática da Diplomática permitem compreender melhor que o documento de arquivo tem a sua gênese dentro de um processo natural” como resultado das atividades do produtor.

seus princípios e métodos induzem principalmente a compreender o que é realmente um arquivo, enquanto complexo orgânico, isso sem que cada um dos seus elementos perca a individualidade. E também compreender de forma inequívoca o como, o porquê e o para quê, tanto do documento-indivíduo como do conjunto documental, que é o arquivo. (BELLOTTO, 2011)

A relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística para estudar as espécies e a tipologia documental, no contexto da identificação arquivística, revela a pertinência destes parâmetros para o desenvolvimento das funções arquivísticas, conferindo rigor às práticas arquivísticas, transformando o arquivista em produtor de conhecimento científico.

As ideias de Heloísa Bellotto influenciaram particularmente minha trajetória como

⁸ Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/gerencia-de-gestao-documental1>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁹ Proposta metodológica desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa Aplicada | PDPA 4408, Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense. Financiamento: Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA). Parceria: -Prefeitura Municipal de Niterói, Universidade Federal Fluminense e Fundação Euclides da Cunha. Coordenação: Ana Célia Rodrigues. Vice coordenação: Paulo Knauss. Coordenador Executivo P2 | PGD-Niterói: Danilo André Cinacchi Bueno. Disponível em: <http://pdpa.niteroi.rj.gov.br/eficiente-e-comprometida/um-arquivo-publico-municipal-para-niteroi-gestao-de-documentos-acesso-a-informacao-e-transparencia-na-administracao-publica-no-horizonte-da-historia-e-da-cooperacao-regional-do-leste-fluminense/>. Acesso em: 03 jul. 2023.



arquivista, docente e pesquisadora. Foi uma honra ter sido orientada por ela, suas idéias que foram e continuam sendo transformadoras...

REFERÊNCIAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A Diplomática como chave da teoria arquivística. **ARCHEION ONLINE**, v. 3, p. 1, 2015.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Concepto de especie documental como antecedente al tipo en la teoría archivística. **Boletín de la ANABAD**, v. LXVIII, p. 446-456-456, (Ejemplar Especial Homenaje Antonia Heredia Herrera), 2018.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Descrição sumária: solução de acesso. **Arquivo**, Boletim Histórico e Informativo. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, v. 9, n. 2, p. 65-71, 1988.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 45-63.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática para quê? In: **I Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática**. Conferência da Sessão D. Jean Mabillon. Campos dos Goytacazes, RJ, Arquivo Público Municipal, 2011.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática para quê? In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2014, p. 425-433.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências x Letras**. Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p.167, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Identificação de fundos. In: **Arquivos permanentes; tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p.127-134.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O espaço da diplomática no ensino da arquivologia**. In: IV Congreso de Archivología del Mercosur. 2001. Disponível em: <http://www.pmatozo.hostmidia.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro**. Revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p.4-15, 1990.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: CARMARGO, A. M. A.; DELMAS, B.; ARDAILLON, D.; BELLOTTO, H. L.; SMIT, J.; RUIPEREZ, M. G.; COSTA, S. R.; RODRIGUEZ, S. M. T. In: **Dar nome aos documentos: da teoria à prática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 272-284.



- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro:** Revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.
- CARUCCI, Paola. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo.** Carmona: S&C Ediciones / Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 2004.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione.** Roma: La nuova Italia Scientifica, 1997.
- CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. **Boletín de la ANABAD.** Madrid: ANABAD, n. 3, p. 419-434, 1986.
- DURANTI, Luciana. **Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia.** Trad. Manuel Vázquez. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.
- DURANTI, Luciana. La diplomatica dei documenti elettronici. Venezia, Itália: Università Ca'Foscari di Venezia. Disponível em: <http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics.** Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213-218, 1997.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general; teoría y práctica.** 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Boletín de la ANABAD**, tomo 56, n. 3, 2006, p. 13-36. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/166232>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- MACNEIL, Heather. **Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives.** Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, 2000.
- RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.
- RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD- RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In: **XIII ENANCIB**, 2012, Rio de Janeiro, RJ. In: Anais do XIII ENANCIB. Rio de Janeiro, RJ: ANCIB, 2012. Disponível em: <http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19564.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.64-80 jan./abr.,



2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. **Boletín de la ANABAD**, v. 68, n. 3-4, p. 429-445. (Ejemplar Especial Homenaje Antonia Heredia Herrera), 2018.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola, *et al.* **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo.** Carmona: S & C / Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994. p. 11-49. (Col. Biblioteca Archivística, 2).

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

